

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2019

Aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro do ano 2020, autorizado pelo ato de folhas (215) do Processo Administrativo nº. 90/2019, Edital de **Pregão Eletrônico nº 101/2019** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no Art. 11 da Lei Federal 10.520/02 na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, no que couber, no Decreto Municipal nº. 1801/2005 e no Decreto Municipal nº. 1862/2006 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento entre a Administração Municipal e a Licitante vencedora:

1.0. Considerando-se registrados os seguintes preços do detentor da Ata: **GMAES TELECOM LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 15.644.251/0001-86, situada na Rua Carlos Seara, nº 47, sala 201, Bairro Vila Operária, na cidade de Itajaí-SC, CEP 88303-200, Fone (47)3404-6737, e-mail: licitacoes@grupogmaes.com, neste ato representada por seu Diretor Geral, senhor **César Roberto Silva**, portador do documento/RG 2.295.076 e inscrito no CPF 807.191.809-10, a saber:

2.0. Descrição do Objeto: Contratação de empresa especializada, por meio do sistema de Registro de Preços, para prestação de serviços de servidor dedicado na modalidade gerenciado aplicado a servidor WEB e serviços de hospedagem de e-mail para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Prefeitura de Colombo, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo II), que integra o edital, conforme segue:

ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS:

ITEM	QTDE	UNID	CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Serv	39488	Serviços de Servidor Dedicado na modalidade gerenciado com uma (01) VM Windows e uma (01) VM Linux conforme especificado em Termo de Referência	3.365,56	40.386,72
02	450	Serv	39489	Contas de e-mail 1GB	2,32	12.528,00
03	50	Serv	39490	Contas de e-mail 5GB	4,90	2.940,00
04	01	Serv	39491	e-mail marketing	299,33	3.591,96
05	01	Serv	39492	Implantação e ativação dos serviços	2.303,32	2.303,32
VALOR TOTAL						61.750,00

2.1. Valor total: R\$ 61.750,00 (Sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais).

2.2. A Administração emitirá seus pedidos a Detentora da Ata através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrão as despesas, mediante comprovante de recebimento, inclusive Fax.

2.3. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

3.0. Execução dos Serviços:

3.1. A empresa vencedora deverá executar os serviços de acordo com as informações constantes no Termo de Referência (ANEXO VII), correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes de impostos, serviços de terceirizados, transporte, seguros, embalagens, mão de obra, alimentação, etc.

4.0. Prazos de entrega:



4.1. A disponibilização dos serviços deverá em um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.2. Na hipótese de rejeição dos serviços que estiverem em desacordo com as especificações do edital, a contratada deverá executar novamente os serviços, sem repasse dos custos a Administração.

4.3. Todas as despesas com pessoal, encargos, locomoção e alojamento são de inteira responsabilidade do proponente.

5.0. Prazo e forma de Pagamento:

5.1. Os pagamentos serão efetuados por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, em depósito bancário, até 30 (trinta) dias após o recebimento dos produtos pelo fiscal de contratos e a apresentação das notas fiscais, acompanhada dos documentos, conforme (Anexo VIII) deste edital.

5.1.1. O pagamento somente será efetuado após o "atesto" pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.1.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, conforme a utilização dos serviços contratados.

5.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme quantidades solicitadas através da nota de empenho e efetivamente entregues, e deverá ser devidamente certificado seu recebimento pelo Fiscal do Contrato.;

5.3. A nota fiscal deverá ser emitida a favor do CNPJ constante na Nota de Empenho;

5.4. Caso a nota fiscal apresente incorreções ela será devolvida à Contratada e seu pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida;

5.5. Os valores da nota fiscal estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias na forma da Lei;

5.3. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira e, sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,01% (um décimo) por cento ao mês e de 0,12 (doze décimos) por cento ao ano.

6.0. Principais obrigações do Contratante

6.1. Indicar fiscais para acompanhamento do processo;

6.2. Receber e conferir os equipamentos/materiais no ato da entrega;

6.3. Observar criteriosamente a conformidade dos itens recebidos com as especificações previstas no edital de licitação, como descrição técnica e prazos de validade;

6.4. Encaminhar nota fiscal para pagamento;

7.0. Obrigações da contratada:

7.1. Entregar os produtos dentro das especificações contidas no Termo de Referência (Anexo II)

Fone/Fax: (41) 3656-8159

Rua XV de Novembro, 105 – Centro.

CEP 83.414-000 - Colombo/ Pr.

CNPJ: 76.105.634/0001-70

www.colombo.pr.gov.br



do **Pregão Eletrônico n.º 101/2019**, obedecendo todas as descrições estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.2. A licitante vencedora deverá entregar os materiais em absoluta conformidade com as exigências.

7.3. Os serviços deverão ser executados conforme orientação do fiscal de contrato ou pessoa designada por ele, após o envio da nota de empenho para a empresa via correio eletrônico.

7.4. Comunicar, formalmente, ao fiscal de contrato responsável, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários à Administração Pública Municipal.

7.5. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar direitos e cumprimentos de todas as obrigações, inclusive quanto aos preços praticados.

7.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, praticadas por seus empregados nas instalações desta municipalidade.

7.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração Pública do Município de Colombo.

7.8. Casos os materiais sejam recusados, deverão ser substituídos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, em no máximo 10 (dez) dias corridos, sem repasse de custos à administração.

7.9. São de responsabilidade da contratada, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação e a sua inadição não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente;

7.10. A Contratada se obriga a manter, durante toda a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.11. A vencedora é responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo resultante da contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e acompanhamento do Município;

7.12. Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato qualquer ocorrência de interrupção na entrega dos equipamentos;

7.13. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos equipamentos, bem como pela qualidade destes, de acordo com as especificações constantes na proposta neste projeto, assim como prestar esclarecimentos quando necessário.

8.0. A substituição dos serviços ou a sua complementação não eximem a contratada da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação.

9.0. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

10.0. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA –1522/19:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	ÓRGÃO
13.01.04.126.0011.2157.339040	1.000	Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação

Desdobramento: 57.00 - Serviços de Processamento de Dados.

10.1. Para o exercício subsequente as dotações orçamentárias serão específicas daquele exercício.

11.0. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a detentora da ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

12.0. Penalidades:

12.1. Na forma prevista no art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, garantida a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública, ao licitante que:

I - Apresentar documentação falsa;

II - Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;

III - Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a ordem de compra / nota de empenho;

IV - Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

V - Não manter a proposta;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

VII - Desistir da Proposta de Preços apresentada após a fase de credenciamentos, sem motivo justo e superveniente devidamente aceito pelo Senhor Pregoeiro.

12.2. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante ainda estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil criminal, as seguintes sanções:

I - Advertência escrita;

II - Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

III - Impedimento de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.3. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a licitante vencedora às sanções previstas na Lei Federal nº. 8666/93, garantido a ampla defesa e o contraditório em Processo Administrativo.

12.4. O não cumprimento pela licitante vencedora (Declarada vencedora do certame) das obrigações assumidas importará na aplicação, por parte da Administração Municipal, discricionariamente das seguintes sanções, garantido a defesa prévia e contraditório:

I - Advertência escrita;

II - Multa de 0,5% ao dia sobre o valor da Nota de Empenho/Contrato, por dia de atraso por descumprimento da obrigação contraída, limitando a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da Rescisão unilateral da avença;

III – Multa de 10% sobre o valor do Contrato, na hipótese de atraso por período superior ao previsto no subitem “I” anterior, ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

IV – Multa de 15% sobre o valor total da Nota de Empenho/Contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida.

V - Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do Art. 87, III da Lei 8.666/1993;

VI - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedido sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção imposta.

12.5. O valor da (s) multa (s) será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, e os pagamentos futuros pela diferença, se houver.

12.6. Caso os materiais não forem entregues no prazo estabelecido no edital, contados a partir da data da comunicação pela administração municipal (via e-mail), estará a licitante sujeita ao cancelamento, nos termos do art. 64 e seus parágrafos da Lei nº. 8666/93, e ficará a licitante vencedora suspensa do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do art. 87 da referida lei.

12.7. A Administração Municipal poderá aplicar as Penalidades previstas nos artigos 86 à 88 da Lei nº. 8666/93, garantido a ampla defesa e o contraditório.

12.8. Nos casos em que a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deixar de atender o prazo estabelecido no edital, para a apresentação da documentação regular pertinente a regularidade fiscal, a Administração Pública aplicará a pena de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública cumulada com a aplicação de uma multa no valor de 10% do valor total da licitação.

12.9. Será concedido o prazo máximo de 10 (dez) dias para o recolhimento de qualquer multa aplicada à Contratada, podendo o valor ser descontado de eventuais créditos;

12.10. Depois de decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o pagamento da multa, o valor será ainda acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês, podendo em qualquer caso ser cobrada judicialmente.

12.11. No caso da Contratada ser credora de valores a Contratante procederá ao desconto da(s) multa(s) devida(s) na proporção do crédito correspondente respondendo a Contratada pela diferença.

12.12. Os valores devidos e não quitados poderão ser inscritos na Dívida Ativa do Município.

12.13. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente

o pagamento delas não exime a detentora da ata da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

13.0. Das disposições gerais:

13.1. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela teoria da Imprevisão.

13.2. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a detentora da ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios; assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

13.3. A detentora da ata de registro de preços deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº. 101/2019**.

13.4. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se todos os seus dispositivos, o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 101/2019**, a Nota de Empenho com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.5. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do fiscal de contrato Sr. **Douglas Jefferson da Silva**, especialmente designado através da **Portaria nº. 042/2020**.

13.6. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Colombo - Paraná, esgotadas as vias Administrativas.

13.7. O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

13.8. Para constar, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público interno, com sede na Rua XV de Novembro nº. 105 – Centro – Colombo - Paraná, inscrito no CNPJ sob nº. 76.105.634/0001-70, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Tecnologia da Informação Sr. **Maurício Aparecido de Oliveira**, portador do R.G. nº 4.828.489-2 e do CPF nº 535.497.169.15 e pelo representante do detentor da Ata de Registro de Preços o Senhor **César Roberto Silva** e o Fiscal de Contrato o Senhor **Douglas Jefferson da Silva**.

MAURÍCIO APARECIDO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Tecnologia da
Informação



GMAES TELECOM LTDA-ME
Detentor da Ata de Registro de Preços
César Roberto Silva

DOUGLAS JEFFERSON DA SILVA
Fiscal Técnico e de Contrato
Portaria nº: 042/2020

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
039/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO 101/2019**

PROCESSO: 90/2019

CONTRATANTE: Município de Colombo –
Secretária de Tecnologia da Informação.

CONTRATADO: GMAES TELECOM LTDA –ME,
CNPJ 15.644.251/0001-86.

OBJETO: Contratação de empresa especializada,
por meio do sistema de Registro de Preços, para
prestação de serviços de servidor dedicado na
modalidade gerenciado aplicado a servidor WEB e
serviços de hospedagem de e-mail para
atendimento das necessidades das Secretarias
Municipais e demais órgãos da Prefeitura de
Colombo, conforme quantidades e especificações
constantes no Termo de Referência (Anexo II), que
integra o edital.

VALOR: R\$ 61.750,00 (Sessenta e um mil,
setecentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas
decorrentes da contratação do objeto desta licitação
correrão à conta da classificação orçamentária
constante na LOA – 1522/19: D.O:
13.01.04.126.0011.2157.339039. Fonte: 1.000
Desdobramento: 57.00.

PRAZOS: O prazo de vigência da presente Ata
será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua
assinatura.

PREÇOS REGISTRADOS: Encontram-se à
disposição na Coordenação de Contratos, sito à
Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo –
Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link
licitações.

LOCAL E DATA: Colombo 20 de Janeiro de 2020.

ASSINATURA: Maurício Aparecido de Oliveira.

